

---

# Comunicado ADUFSCar

---

n° 39/2019

[www.adufscar.org](http://www.adufscar.org)

28 de setembro de 2019

---

## NOTA

### ADUFSCar Sindicato

A **ADUFSCar Sindicato** por meio desta nota, vem a público se posicionar veementemente contra as declarações do Ministro da Educação Abraham Weintraub.

Mais uma vez o atual Ministro voltou a atacar os Professores Federais (Universidades).

Na tarde de ontem, ao participar de um evento, criticou o salário dos Professores Federais, enquadrando-os como “*Zebra Gorda*”. A referência foi feita aos docentes, que segundo ele, recebem entre R\$ 15 e R\$ 20 mil.

Afirmou ainda que os professores federais somam um grupo pequeno de pessoas. Por fim, prometeu “*ir atrás da zebra mais gorda*”.

Essas palavras configuram uma verdadeira perseguição aos docentes federais, que não pode ser tolerada ante a Constituição Federal e o Estado Democrático de Direito.

Em qualquer país democrático, afeto aos Direitos Humanos, o emprego de recursos públicos na educação e nos professores, não são tratados como um mero custo, mas sim como um verdadeiro investimento necessário para o desenvolvimento das pessoas. É questão fundamental para a concretização da cidadania.

É inadmissível um Ministro de Estado, especialmente o da educação, proferir tais declarações contra uma categoria profissional que historicamente se constitui como um pilar indissociável para a democracia e para o desenvolvimento nacional.

A ADUFSCar Sindicato já acionou sua assessoria jurídica para que tome as medidas cabíveis (inclusive judiciais) em face dessas declarações.

São Carlos, Sorocaba, Araras e Buri, 27 de setembro de 2019.

A Diretoria

# Comunicado ADUFSCar

n° 40/2019

[www.adufscar.org](http://www.adufscar.org)

14 de outubro de 2019

## I. Balanço da participação da ADUFSCar - Sindicato na Greve Geral de 48 Horas realizada nos dias 2 e 3 de outubro

### Em São Carlos:

No âmbito da Greve Geral de 48 Horas, convocada pela UNE e APG e realizada nos dias 2 e 3 do corrente mês, com o apoio de diversas entidades, a ADUFSCar participou ativamente nas ações previstas para esses dias, sendo que o dia 02/10 foi dedicado exclusivamente às atividades programadas para serem realizadas no âmbito da própria UFSCar:

Às 9h00 houve concentração no vão de entrada da BCo para distribuir, entre os estudantes secundaristas que estavam visitando a “Universidade Aberta”, o panfleto assinado pelas quatro entidades – ADUFSCar, SinTUFSCar, DCE e APG – em defesa das Universidades e Institutos Federais (contra o ‘Future-se’; os cortes orçamentários; e as bolsas de mestrado e doutorado);

Às 14h00 realizou-se uma “Roda de conversa sobre o ‘Programa Future-se’”, onde usaram da palavra os representantes de cada uma das quatro entidades, ao que se seguiu uma série de debates sobre os temas;

Finalmente, às 19h00 ocorreu uma atividade político-cultural na Pracinha do Departamento de Letras, intitulada “Reexistir na Pracinha”, que contou com a participação ativa das quatro entidades (ADUFSCar, SinTUFSCAR, DCE e APG).

**Confira abaixo algumas imagens das atividades realizadas no dia 2 de outubro**



*Roda de conversa*



*Roda de conversa*

No dia 03/10 foram realizadas diversas atividades na cidade de São Carlos e na UFSCar.

Assim, às 09h00 houve concentrações no CAASO (USP) e na Praça dos Pombos, na cidade, tendo ambas se dirigido até à Rodoviária.

Mais tarde, cerca das 10h00, formou-se uma única passeata que rumou à UFSCar. Chegada à Universidade, houve uma concentração em frente ao prédio da Reitoria, tendo sido protocolado, na Secretaria dos Órgãos Colegiados, um ofício assinado pelas quatro entidades, solicitando a imediata convocação do ConsUni para discutir e deliberar sobre o “Programa Future-se”.

Às 12h00, após a manifestação e entrega do ofício na Reitoria, ocorreu no vão de entrada da BCo uma outra concentração e debate sobre o “Programa Future-se”, no qual discursaram os representantes das entidades, com a participação dos estudantes secundaristas que visitavam a “Universidade Aberta”.

**Confira abaixo algumas imagens das atividades realizadas no dia 3 de outubro**



*Passeata*



*Passeata*

## Em Sorocaba:

Foram organizadas duas atividades no dia 03 de outubro:

Na parte da manhã ocorreu uma mesa para discutir a seguinte temática: **“Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para Formação inicial e continuada de Professores da Educação Básica: debate sobre aspectos políticos e ideológicos”**, que contou com a participação das professoras Barbara S. Nakayama e Izabella M. Sant’Ana.

A atividade tinha como objetivo discutir a proposta apresentada pelo MEC a respeito da “Base Nacional Comum para a formação inicial e continuada de Professores da Educação Básica”, que está em consulta pública até o dia 23/10/2019. Com essa proposta o MEC pretende promover uma revisão nas diretrizes de formação dos cursos de licenciatura e, dentre as diretrizes apresentadas, prevê a adequação de normas, currículos de cursos de graduação e outros programas de formação inicial e continuada a fim de alinhar a formação docente à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

À tarde, a ADUFSCar disponibilizou transporte para os professores que foram participar do **Ato Unificado em Defesa das Universidades e Institutos Federais** que ocorreu no vão livre do MASP (São Paulo).

## II. Participação do Professor Gil Vicente no Seminário Nacional “Universidade Pública: Autonomia e Financiamento”, promovido pela APUB - Sindicato (Salvador)

Coordenada pela presidenta da APUB (Salvador), professora Raquel Nery, a quarta mesa do Seminário Nacional “Universidade pública: autonomia e financiamento” trouxe a exposição do professor Gil Vicente, diretor da ADUFSCar e do PROIFES-Federação, que apresentou as perspectivas para o País nos próximos anos, do ponto de vista do financiamento da educação e demais serviços públicos.

Com o título “Da ‘Ponte para o futuro’ ao governo Bolsonaro: um projeto para o Brasil”, o professor Gil abordou as seguintes questões:

1. Fim do ‘**aumento do consumo para as famílias, alimentado pelo crescimento de renda pessoal e pela expansão do crédito ao consumo**’, um modelo ‘**cujos motores se esgotaram**’.
2. Desenvolvimento do Brasil baseado ‘**nos ganhos de competitividade das exportações, em especial no agronegócio**’ (estímulo à exportação).
3. Desenvolvimento do Brasil baseado “**numa política centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias**, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e **retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo**”.
4. **Alinhamento com os países do centro capitalista**, em especial com os EUA, no que se refere a acordos comerciais (afastamento do Mercosul).
5. Manutenção de **altos patamares de remuneração do capital**, como forma de atrair investimentos. Logo, são precisos superávits (para conter a Dívida Pública Federal).
6. Criação de ‘**ambiente econômico estimulante**’ para os negócios, do que resultou a **Reforma Trabalhista, Lei 13.467 – redução do custo Brasil, sem aumento de impostos**, para não afugentais capitais, do que resultaria aumento de desemprego.



Confira aqui a apresentação do professor Gil Vicente:

<http://apub.org.br/?p=30256>

### III. PROIFES discute a complexidade e os desafios para a regulamentação da autonomia universitária durante o Seminário Nacional "Universidade Pública: Autonomia e Financiamento"

O Seminário Nacional "Universidade Pública: autonomia e financiamento", organizado pela APUB-Sindicato e PROIFES-Federação, realizado no dia 04 de outubro, abordou as ameaça que o "Programa Future-se" representa para a autonomia universitária. À mesa, estavam presentes os **expositores Eduardo Rolim, diretor da ADUFRGS Sindical e do PROIFES-Federação, o reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e presidente do CRUESP (Conselho de Reitorias das Universidades Estaduais Paulistas), Marcelo Knobel e Roberto Salles, ex-reitor da Universidade Federal Fluminense e coordenador do Grupo de Trabalho em Educação Superior da Câmara dos Deputados.**



Confira aqui a exposição feita pelo professor Eduardo Rolim

<http://apub.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Autonomia-APUB-2019.pdf>

### IV. Participação da ADUFSCar na Audiência Pública convocada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados (08/1019)

Convocada pela Deputada Margarida Salomão (PT-MG), a Audiência Pública teve como objetivo "Debater o processo de nomeação de Reitores das Instituições Federais de Ensino Superior". Além do **PROIFES**, participaram ainda diferentes entidades ligadas à Educação e às Universidades e aos Institutos Federais, tais como: **ANDIFES, FASUBRA, UNE, SINASEFE, ANDES** e **um representante o Ministério da Educação, o Coordenador-Geral de Recursos Humanos das Instituições Federais de Ensino, Webster Cassiano.**

Representando o PROIFES na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o presidente da Adufscar, Amarílio Ferreira Jr., defendeu o fim da lista tríplice, com “o processo de escolha dos Reitores iniciando-se e concluindo-se no interior das próprias Universidade Federais”, cabendo ao Poder Executivo apenas à homologação do nome do candidato mais votado.

Além disso, o professor Amarílio defendeu a “urgente desvinculação dos orçamentos das Instituições Federais Ensino Superior (IFES) do teto de gastos da Emenda Constitucional 95, porque ela impede que seja realizada a essência do Artigo 207 da Constituição Federal de 1988, que se realiza na indissociabilidade do tripé pesquisa, ensino e extensão nas IFES”.



Confira aqui o depoimento do professor Amarílio Ferreira Jr. na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados

<http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/ec-95-fere-autonomia-e-impede-ensino-pesquisa-e-extensao-nas-ifes-diz-proifes-federacao-na-camara>

<https://youtu.be/JzVS-U7-4cl>

## Cerimônia de Posse da Diretoria e Conselho Fiscal da ADUFSCar para o biênio 2019/2021

Realizou-se no passado dia 11 de outubro, no Auditório da ADUFSCar, mais uma Assembleia Geral da ADUFSCar, Sindicato, cuja pauta única foi a cerimônia de posse dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal para o biênio 2019/2021.

A mesa de honra foi composta pelo presidente da entidade, Prof. Amarilio Ferreira Junior, eleito para mais um mandato; pela Reitora da UFSCar, Prof.<sup>a</sup> Wanda Hoffmann; pelo representante do Diretor do IFSP – São Carlos, Prof. João Luiz Franco; e pelo Presidente do Proifês – Federação, Prof. Nilton Brandão. Presentes, também, como convidados e entre outras individualidades, os Presidente e Tesoureiro da ADUFRGS-Sindical, Profs. Lúcio Vieira e Eduardo Rolim de Oliveira.

### DIRETORIA

**Presidente** – Prof. Amarilio Ferreira Junior;  
**Vice-Presidente** – Prof.<sup>a</sup> Soeli Maria Schreiber da Silva;  
**1º Secretário** – Prof. Ricardo Rodrigues Ciferri;  
**2º Secretário** – Prof. Roberto de Campos Giordano;  
**1ª Tesoureira** – Prof.<sup>a</sup> Ana Candida Martins Rodrigues;  
**2º Tesoureiro** – Prof. Gil Vicente Reis de Figueiredo;  
**Diretora São Carlos** – Prof.<sup>a</sup> Ana Paula Serrata Malfitano;  
**Diretor Araras** – Prof. Fernando Cesar Sala;  
**Diretora Sorocaba** – Prof.<sup>a</sup> Adriana de Oliveira Delgado Silva;  
**Diretor Buri** – Prof. André Marcondes Andrade Toledo;  
**Representante do IFSP/São Carlos** – Prof. Fernando Vernal Salina;  
**Representante do EBTT** – Prof.<sup>a</sup> Thais Fernanda Leite Madeira;

### CONSELHO FISCAL

Prof.<sup>a</sup> Andréia Pereira Matos CCN – Buri;  
Prof. Alberto Carvalho Peret – DHb;  
Prof. Alejandro Lopes Castillo – DQ;  
Prof.<sup>a</sup> Aline Cristina Martins Gratão – DGERO;  
Prof. Anderson Ferreira da Cunha – DGE;  
Prof. Antonio Carlos Luperni Horta – DEQ;  
Prof. Armando Italo Sette Antonialli – DEM;  
Prof. Conrado Ramos Moreira Afonso – DEMa;  
Prof.<sup>a</sup> Denise Balestreno Menezes – DECiv;  
Prof.<sup>a</sup> Fátima Maria Balduino dos Santos – Aposentados (titular);  
Prof.<sup>a</sup> Matilde Alzeni dos Santos – Aposentados (suplente);  
Prof.<sup>a</sup> Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues – DL (titular);  
Prof.<sup>a</sup> Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale – DL (suplente);  
Prof. Filippo Ghiglieno – DF;  
Prof. Geraldo Edmundo Silva Junior – DECO-So;  
Prof.<sup>a</sup> Giselle Modé Magalhães – DEd (titular);  
Prof. Luiz Roberto Gomes – DEd (suplente);

Profª Jeanne Liliane Marlene Michel – Denf;  
Prof. João Carlos Massarolo – DAC;  
Prof. José Antonio Salvador – DM;  
Profª Kelly Cristina Tonello – DCA-So;  
Profª Luciana de Souza Gracioso – DCI;  
Prof. Luiz Antonio Tonin – DEP;  
Prof. Marcos Arduim – DB;  
Profª Marilde Terezinha Prado Santos –DC;  
Profª Priscila Domingues Azevedo – UAC (titular);  
Profª Maria Claudia Bullio Fragelli – UAC (suplente);  
Prof. Ricardo Augusto Souza Fernandes – DEE;  
Prof. Rodrigo Elias Bianchi – DI-IFSP (titular);  
Prof. Rodrigo Henrique Ramos – DI-IFSP (suplente);  
Profª Rosana Mattioli – DFisio (titular);  
Profª Larissa Riani Costa Tavares – DFisio (suplente);  
Prof. Sergio Dias Campos DFQM-So (titular);  
Prof. Tersio Guilherme de Souza Cruz – DFQM-So (suplente);  
Prof. Wagner de Souza Leite Molina – DCSO;  
Profª Yeda Regina Venturini – DComp-So (titular);  
Preof. Siovani Cintra Felipussi – DComp-So (suplente);

Esta cerimônia foi transmitida ao vivo através da página da ADUFSCar no Facebook, podendo ser visualizada clicando [AQUI](#).

*Algumas imagens do convívio  
realizado no Restaurante da ADUFSCar*











## 1. Nota de solidariedade à reitora da UnB, professora Márcia Abrahão.

A ADUFSCar, Sindicato, vem a público manifestar seu apoio à magnífica reitora da Universidade de Brasília (UNB), professora Márcia Abrahão e à comunidade acadêmica desta importante universidade, diante de fato ocorrido hoje, 22 de outubro de 2019, conforme protagonizado pelo senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub.

Trata-se de mais uma tentativa de ingerência indevida do executivo em uma Universidade Federal: o Ministro Weintraub insistiu em desrespeitar e violar a autonomia universitária definida constitucionalmente, procurando pressionar uma dirigente eleita e em pleno exercício de seu mandato para que, à revelia de decisões democráticas de seus pares, permita que a gestão da vigilância da UnB seja feita pela Polícia Militar. De acordo com o Ministro, tal ação seria necessária porque, em sua visão, as universidades federais "*estão infestadas de maconheiros, baderneiros e comunistas*", e seria assim necessário conter essas ameaças.

Forçoso ponderar adicionalmente que essa visão, além de preconceituosa, equivocada e simplista, atenta novamente contra a imagem das nossas instituições, esteio do desenvolvimento científico, tecnológico e social do Brasil e, assim, constitui perseguição às Universidades, aos Institutos Federais e aos seus docentes, contribuindo para a instalação de um clima de confronto entre os que aí trabalham e os que deveriam zelar pelo bom funcionamento das nossas instituições, ao mesmo tempo em que presta um enorme desserviço à essencial defesa do fortalecimento da educação pública e de qualidade.

A ADUFSCar, Sindicato, ao repudiar firmemente quaisquer tentativas de cercear a autonomia universitária, vem aqui, portanto, hipotecar sua inequívoca e irrestrita solidariedade à magnífica reitora da UnB.

ADUFSCar, Sindicato, São Carlos, 22 de outubro de 2019.

## 2. A Diretoria da ADUFSCar convida mais uma vez seus associados a participar dos Grupos de Trabalho e dos eventos locais e nacionais: o sindicato é de todos.

A Diretoria da ADUFSCar, mais uma vez, informa aos colegas sobre a realização de reuniões e de eventos, tanto locais quanto nacionais, convidando gentil e enfaticamente todos os interessados para que participem e se integrem às atividades do nosso sindicato, que só assim seguirá vivo e pujante, como todos desejam, em especial neste período crítico em que a luta de resistência em defesa das nossas instituições, da nossa carreira e dos nossos salários e condições de trabalho é absolutamente fundamental.

Temos vários Grupos de Trabalho, dentre os quais o GT-Educação, o GT-Direitos Humanos, o GT-Aposentados, e o GT-Ciência e Tecnologia, ao quais qualquer associado pode se integrar, mediante inscrição na Secretaria da ADUFSCar, após o que será inserido em 'e-group' para que seja permanentemente informado sobre agendas, reuniões e atividades do GT. Estamos abertos à proposição da abertura de outros GTs, conforme demanda dos nossos associados.

Com relação a eventos nacionais do PROIFES, haverá os seguintes, nas próximas semanas:

- a) Reunião do GT-Direitos Humanos Nacional, a ser realizada em Goiânia, entre os dias 7 e 8 de novembro. A diretoria irá participar. Irão também dois colegas, já escolhidos entre os que integram o GT-Direitos Humanos da ADUFSCar. Estamos abrindo duas vagas adicionais, que serão preenchidas pelos que primeiro enviarem pedido à Secretaria da ADUFSCar nesse sentido, por email, até a data limite de 28 de outubro, às 14h, por questões operacionais e financeiras.
- b) Encontro do Movimento Pedagógico da América Latina e do Caribe (promovido pela Internacional da Educação, IE, à qual o PROIFES é filiado), a ser realizado em Curitiba de 3 a 5 de dezembro próximo. A Diretoria irá participar, bem como membros do GT-Educação. Estamos abrindo duas vagas adicionais, que serão preenchidas pelos que primeiro enviarem pedido à Secretaria da ADUFSCar nesse sentido, por email, até a data limite de 21 de novembro, às 14h.
- c) Sessão Solene de Homenagem aos 15 anos do PROIFES, a ser realizada em Brasília, no Congresso Nacional, no dia 18 de dezembro. É importante que possa comparecer um número expressivo de colegas de todos os sindicatos do PROIFES e, por isso, não ficará previamente determinado o meio de transporte, que dependerá da demanda que houver. Se a demanda for de seis colegas ou menos, a viagem será via aérea; em caso de um número mais expressivo de proponentes, será tomada decisão posterior a respeito. Data/horário limite para solicitações de participação: 5 de dezembro, às 14h.

## 3. ANPED comemora 40 anos.

### **3.1 Abertura da 39ª Reunião Nacional da ANPED traz luta e resistência pela Educação Pública com conferência de Boaventura Sousa [por Ana Carolina Moraes, fotografia de Bruna Rezende].**

A ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) comemora seus 40 anos de existência, celebrando a educação pública e a pesquisa em sua 39ª Reunião Nacional, na Universidade Federal Fluminense (UFF). A abertura do evento ocorreu neste domingo (20) na Cúpula Fundação Oscar Niemeyer, trazendo emoção e alegria. A ANPED tem como tema neste ano “Educação Pública e Pesquisa: ataques, lutas e resistência”, com cinco dias de atividades no campus Gragoatá em Niterói.



Além de discursos de representantes da ANPED, foi assinado um acordo entre a Associação e a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), idealizado por Boaventura de Sousa Santos trazendo como uma de suas bandeiras a defesa da educação descolonizada. Após a assinatura, o grupo Slam das Minas trouxe poemas com mensagens sociais abordando temas como racismo e cotas, por exemplo. Boaventura, um dos mais importantes pensadores contemporâneos, encerrou a noite com conferência muito aguardada. O sociólogo afirmou que a educação é sempre a área mais atacada por governos autoritários em todo mundo, como no Brasil, mas que alguns princípios não podem ser tirados mesmo com cortes. Esse foi apenas o começo do que promete um congresso de educação desse porte, com apresentações de trabalhos, simpósios, reuniões de entidades, inúmeras discussões e atividades artísticas até quinta (24 de outubro). A mesa de abertura da 39ª Reunião Nacional contou com pesquisadores, estudantes e educadores associados à ANPED, além de autoridades e professores da UFF. Professor de pós-graduação em educação da UFF e ex-secretário da ANPED, Paulo Carrano acredita na importância do tema da Reunião Nacional para o cenário atual. “É a confirmação de uma existência necessária. A ANPED é uma organização que nasceu no final dos anos 70 com a luta pela democracia contra a ditadura militar, e essa 39ª Reunião também é uma luta pela democracia. Podemos dizer que há um processo hoje de desdemocratização, com o ataque ao saber e aos intelectuais. É um momento especial para a ANPED”, afirma. Ele ainda conta que a expectativa é alta, sendo uma grande honra para os docentes ter um evento onde se espera mais de 3 mil pessoas.

*Nota: O PROIFES foi representado na abertura do evento da ANPED por seu Diretor de Relações Internacionais, professor Gil Vicente Reis de Figueiredo / ADUFSCar.*

### 3.2 Sessão Pública do FNPE (Fórum Nacional Popular de Educação) na 39ª Reunião Nacional da ANPED.



*Coordenadora do Fórum Estadual de Educação de Pernambuco fala para plateia, em Sessão Pública, diante dos dirigentes do Fórum Nacional Popular de Educação, professores Romualdo Portela (ANPAE), Andrea Gouveia (ANPEd), Heleno Araújo (CNTE) e Gil Vicente Reis de Figueiredo (PROIFES).*

O Fórum Nacional Popular de Educação realizou, em 21 de outubro, concorrida Sessão Pública, como um dos eventos programados na 39ª Reunião Nacional da ANPED.

Inicialmente, a presidente da ANPED, Andrea, e o presidente da CNTE, Heleno, fizeram um histórico da criação do FNE, Fórum Nacional de Educação, e, posteriormente, da sua implosão, após o início do governo Temer, com a retirada da maioria das representações de entidades representativas da educação (sindicais, movimentos populares, de pesquisa, etc.), o que motivou a reorganização dessas organizações num novo coletivo – o FNPE, Fórum Nacional Popular de Educação. Foi relatada a realização, pelo FNPE, da CONAPE 2018 (Conferência Nacional Popular de Educação) e o seu sistemático envolvimento em mobilizações e debates sobre questões relativas à educação brasileira, e à luta de resistência em sua defesa.

Gil Vicente (PROIFES) abordou em sua fala, especificamente, os ataques do atual governo às Universidades / Institutos Federais e seus docentes, analisando o programa Future-se e suas consequências para as IFES, bem como as articulações que vêm sendo construídas, inclusive junto ao Congresso Nacional, no sentido de regulamentar o Art.207 da Constituição Federal de 1988, visando garantir a autonomia didática e científica, a autonomia administrativa e de gestão financeira e, sobretudo, a continuidade de repasse de recursos públicos suficientes para assegurar o pleno funcionamento das IFES, com qualidade e sem qualquer ingerência externa que venha a cercear a necessária independência no processo de produção de conhecimento, estratégico para o desenvolvimento soberano do Brasil.

Romualdo (ANPAE) falou também sobre a questão financiamento, concordando e complementando a exposição anterior em relação ao Future-se. Após as falas dos coordenadores do FNPE, usaram a palavra os representantes dos vários Fóruns Estaduais presentes, ao que se seguiu profícuo debate.

#### **4. A Diretoria da ADUFSCar irá visitar novamente os centros e campi da UFSCar/IFSP, para debater a conjuntura, discutir questões locais, e ouvir demandas/propostas.**

Divulgaremos brevemente novo calendário de visitas aos centros e campi da UFSCar e do IFSP, com o objetivo específico de informar sobre as ações da entidade e do PROIFS, debater a conjuntura, as mobilizações e ações políticas de articulação pertinentes, bem como discutir especificamente todas as questões locais em relação às quais os associados queiram apresentar demandas, reivindicações e sugestões, visando inclusive a elaboração da proposta orçamentária do próximo ano. Após esse conjunto de reuniões, a Diretoria da ADUFSCar irá realizar Consultas específicas visando identificar quais das reivindicações encaminhadas têm maior apoio dos nossos associados, como subsídio às ações imediatas e futuras da entidade, tanto local como nacionalmente.

Informamos também que, tão logo venha a ser aprovada no Congresso Nacional a Reforma da Previdência ora em trâmite, tomaremos de pronto todas as medidas jurídicas cabíveis necessárias à defesa de nossos associados.

## **Orçamento inicial de 2020 reduz nominalmente os recursos disponíveis em mais de metade das IFES; para a CAPES e INEP, a diminuição é dramática.**

adidas Sharing Buttons  
Share to FacebookShare to TwitterShare to WhatsAppShare to Mail

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado recentemente pelo governo à Câmara Federal prevê, pela primeira vez na história recente, a repartição do orçamento da educação em duas partes.

O orçamento inicial, previsto para aprovação imediata, que representaria a primeira parte (Rubrica Órgão 26), corresponderia, pela proposta do governo, a R\$ 101,2 bilhões, enquanto a segunda parte, equivalente a R\$ 24,1 bilhões (Rubrica do Órgão 93), seria liberada apenas após a aprovação, pelo Congresso Nacional, de novo projeto de lei de orçamento complementar a ser enviado pelo governo ao longo do ano.

Como o PLOA de 2019 destinou um total de R\$ 121,9 bilhões, verifica-se um decréscimo nominal inicial de R\$ 20,7 bilhões. Essa diminuição atinge de maneira desigual o conjunto de IFES e demais unidades orçamentárias vinculadas ao MEC.

No caso das Universidades e dos Institutos Federais, um pouco mais da metade das instituições têm no PLOA de 2020 previsão de recursos iniciais nominalmente inferiores aos de 2019.

Quatro grandes universidades estão entre as mais prejudicadas:

- Universidade de Brasília, com 24% a menos;
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com 23% a menos;
- Universidade Federal do Rio de Janeiro, com 22% a menos; e
- Universidade Federal de Minas Gerais, com 20% a menos.

Nessas instituições, o próprio pagamento de pessoal está, em princípio, comprometido, o que é uma perspectiva extremamente grave.

Já no que diz respeito aos hospitais universitários, o PLOA enviado pelo governo é, todavia, pior: 60% deles terão redução inicial nominal de verbas, e a situação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, com orçamento (primeira parte) 50% inferior ao valor nominal de 2019, é muito preocupante.

A situação do INEP é dramática: a destinação inicial prevista pelo PLOA 2020 é de R\$ 1,11 bilhões, e a destinação total (primeira parte mais segunda parte) é R\$ 1,20 bilhões, ambos implicando redução nominal superior a 20% em relação a 2019, quanto foram disponibilizados R\$ 1,54 bilhões.

A CAPES tem a pior perspectiva, dentre todas as unidades orçamentárias: enquanto o PLOA de 2019 destinou à instituição R\$ 4,00 bilhões, o PLOA de 2020 prevê orçamento inicial de R\$ 2,20 bilhões, ou seja, 45% nominais a menos; e orçamento total (primeira parte mais segunda parte) de R\$ 2,48 bilhões, isto é, 38% a menos, também nominalmente.

Os valores acima mostram que, para o próximo ano de 2020, o governo está propondo um corte prévio de recursos, e não um contingenciamento, já que uma eventual regularização futura ficará na dependência de nova aprovação orçamentária complementar.

Trata-se, portanto, de uma perspectiva muito mais negativa do que a atual, e compatível com as propostas contidas no programa Future-se, que prevê, na prática, a substituição dos recursos de outros custeios e capital das IFES por captação de verbas privadas.

Além disso, as principais linhas da proposta de Reforma Administrativa que vem sendo construída pelo governo – a julgar pelo que tem sido divulgado recentemente pela mídia – mostram a intenção de reduzir da mesma forma as verbas de pessoal do serviço público, e, particularmente, as que seriam destinadas às IFES, de maneira que o PLOA enviado contempla de forma clara essa possibilidade.

Diante desse cenário preocupante, o PROIFES e seus sindicatos filiados estão acompanhando cuidadosamente a questão, e irá envidar todos os esforços, de forma articulada com outros atores que defendem as Universidades e Institutos Federais, patrimônio do povo brasileiro, no sentido de reverter essa situação e garantir o funcionamento e o fortalecimento das nossas instituições.

### **Dados sobre a UFSCar e o IFSP e comparação com o conjunto das IFES.**

No caso específico da UFSCar e do IFSP a previsão de recursos iniciais (órgão 26), de acordo com o PLOA 2020, não está no vermelho, na comparação com 2019, diferentemente da média das IFES (tanto Universidades quanto Institutos Federais), conforme se pode ver no quadro abaixo.

Na UFSCar, o valor previsto para 2020 é 0,4% superior ao de 2019, enquanto que no IFSP, 3,2% maior; no conjunto das Universidades Federais o montante previsto para 2020 é 5,8% inferior ao de 2019, e 0,4% menor, no caso dos Institutos Federais.

Já com relação ao total previsto pelo PLOA (órgão 26+órgão93) a situação é semelhante – lembrando, contudo, que, nesse caso, haverá dependência de verba complementar a ser aprovada posteriormente pelo Congresso Nacional.

Unidade Orçamentária	PLOA 2019	PLOA 2020 (órg.26+93)	PLOA 2020 menos PLOA2019	PLOA 2020 sobre PLOA 2019 Diferença %	PLOA 2020 (órg.26)	PLOA 2020
						(órg.26) sobre PLOA 2019 Diferença %
26439 – IFSP	892.232.212	999.701.314	107.469.102	12,0%	920.419.603	3,2%
26280 – UFSCar	632.807.560	700.704.806	67.897.246	10,7%	635.150.201	0,4%
Universidades Federais	48.838.723.84 3	53.987.267.82 1	5.148.543.97 8	10,5%	46.011.292.430	-5,8%
Institutos Federais	14.756.108.28 0	16.307.920.29 6	1.551.812.01 6	10,5%	14.697.430.32 0	-0,4%

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal, SIOP Gerencial, Execução Orçamentária. Data da geração deste relatório: 04/09/2019, 15:46:38.

## **I. “Simpósio Internacional Saúde & Trabalho: abordagem crítica e psicanalítica”**

Realizou-se nos dias 25 e 26 de setembro do corrente ano, no Auditório da ADUFSCar, o “Simpósio Internacional Saúde & Trabalho: abordagem crítica e psicanalítica”, assinalando-se como o primeiro evento científico de caráter internacional realizado nesse Auditório e com o apoio deste Sindicato, por meio de seus GT’s Direitos Humanos e Aposentados, bem como o apoio da FAPESP, CAPES, PROEX e USE-UFSCar e da Mostra Ecofalante de Cinema.

Essa foi uma iniciativa do grupo de pesquisa V.I.D.A (Vivência Intrapsíquica e Desenvolvimento Ambiente-Organizacional, UFSCar/CNPq), coordenado pela associada, Profa. Titular Sênior, Dóris Lieth Peçanha, um evento que integrou ensino-pesquisa e extensão no paradigma da complexidade, reunindo professores, estudantes da comunidade interna e externa à UFSCar, trabalhadores e público em geral, interessados nos desafios do século XXI e em atualizações críticas referentes à centralidade dos temas “saúde e trabalho para o desenvolvimento pessoal e organizacional”.

O Simpósio incluiu apresentação de trabalhos/posters (UFSCar, USP, UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais, UNESP Araraquara, PUCPR Paraná, CNAM-Paris), vivências, práticas de saúde, mesas redondas abordando ‘Saúde e Trabalho: a Transmissão de Estudos Críticos da Escravidão à Psicanálise’; “A transdisciplinaridade e contribuições da psicanálise a equipes de trabalho e organizações”; e a conferência de encerramento, “O corpo subjetivo e “corps soi” por Eric Hamraoui (Conservatoire Nationale des Arts et Métiers - Paris CNAM, Paris) que participou de todo evento. Ao final houve um convívio “coffee break” e sessão de autógrafos com os autores palestrantes.

A Comissão Organizadora desenvolveu fichas específicas para inscrição de participantes e avaliação do evento. As mesmas, contemplaram a questão gênero, em consonância com as reflexões/práticas do “GT Direitos Humanos ADUFSCar-Proifes: Raça/Etnicidade, Gênero e Sexualidades”. Quase a totalidade dos participantes avaliou o Simpósio como ‘excelente’, por trazer novidades e reflexões críticas referentes à Psicanálise no século XXI (contribuições de Walter Trinca-USP/Academia Paulista de Psicologia-APP) e à Ergologia. O Simpósio constituiu-se num campo de diversidades, promovendo o diálogo interdisciplinar, a transversalidade no estudo dos temas e a transdisciplinaridade, com o propósito de atribuir inteligibilidade à práxis humana. Tais princípios, num passado recente, ao contrariar a especialização, poderiam ser tomados como fraqueza científica, mas, no século XXI, com os grandes desafios de manter a paz, a democracia e a manutenção da vida no planeta, foram avaliados como força e mérito.

A originalidade do Simpósio, além da multidisciplinaridade em torno de um eixo comum e crítico, referente aos temas saúde e trabalho, residiu na sua idealização por professores Titulares/Sêniores que são aposentados, mas ativos na construção de uma sociedade mais democrática e fraterna. Constituiu-se num meio de transmitir reflexões e práticas exitosas, possibilitando que novas gerações se inscrevessem nessa filiação crítica e expusessem a maneira como se apropriavam e renovavam o conhecimento. Neste sentido inspirou-se na Jornada Científica organizada pelo laboratório de Pesquisa "Psychologie Clinique, Psychopathologie, Psychanalyse" (PCPP) e Ensino em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia, Université Paris Descartes, Sorbonne Paris, particularmente na questão da transmissão do saber quando da passagem de um professor a condição de Sênior ou Emérito ("Émeritat" nas universidades francesas). Em especial, o evento foi um convite ao público para equilibrar tradição e transgressão, que constituem as bases de mudanças efetivas no sentido de reverter a produção do mal-estar civilizatório. "... se uma sociedade paga pela obediência a suas normas severas com um incremento de doenças nervosas, essa sociedade não pode vangloriar-se de ter obtido lucros à custa de sacrifícios; e nem ao menos pode falar em lucros" (Freud, 1908).

## **2. Documentário "Ma'Ohī Nui, In the Heart of the Ocean my Country Lies" em reprise no próximo dia 26 de novembro**

Outro ponto alto do evento foi a exibição do documentário "Ma'Ohī Nui, In the Heart of the Ocean my Country Lies", de Annick Ghijzelings (Bélgica, 2018), graças ao convênio Mostra Ecofalante-UFSCar, seguido de debate com o Prof. Dr. João Massarolo (cineasta, Dep. de Artes e Comunicação-UFSCar) e a participação do filósofo Prof. Eric Hamraoui, PhD (CNAM-Paris). Aquele momento gratuito, aberto ao público, foi denominado, na oportunidade, Cine VIDA.

O sucesso dessa exibição motivou, a pedido dos associados, uma reprise desse filme que integrará, ainda este mês, uma sessão do Cineclube ADUFSCar, seguida de debate. Fica o Convite para assistirem **"Ma'Ohī Nui" no dia 26 de novembro (3af), no Auditório da ADUFSCar, às 18h15.**

## 1. Os impactos da Reforma da Previdência para os professores das IFES.

Convidamos os colegas interessados a assistir – acessando o ‘link’ abaixo – a palestra do professor Eduardo Rolim (dirigente da ADUFRGS e ex-presidente do PROIFES) sobre os impactos da Reforma da Previdência para os professores das IFES.

<https://youtu.be/elw-KKMcZsI>

## 2. O Fórum Jurídico Nacional do PROIFES se reúne em Brasília (20 de novembro) para debater e definir ações jurídicas em defesa dos docentes, diante da Reforma da Previdência.

O Fórum Jurídico Nacional do PROIFES discutirá em Brasília, no próximo dia 20 de novembro, o conjunto de medidas jurídicas que deverá ser imediatamente adotado pelos diversos sindicatos vinculados e pela própria Federação, no sentido de contestar medidas recém aprovadas na Reforma da Previdência, em defesa dos direitos dos docentes das IFES.

Serão também analisadas diversas das propostas atualmente em curso, muitas das quais visam atacar de forma draconiana os servidores públicos em geral e os professores em particular.

Os resultados da reunião do Fórum Jurídico Nacional do PROIFES serão divulgados tão logo disponíveis, e os colegas da UFSCar e IFSP serão prontamente informados sobre as providências que serão tomadas em sua defesa.

## 3. A PEC 186/19, se aprovada, afetará gravemente os servidores públicos.

Confira no link abaixo,

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8035497&ts=1573128471553&disposition=inline>

as ameaças representadas pela nova Emenda Constitucional proposta.

Leia também, no link [https://adufscar.org/files/public/files/2019/11/DIAPPEC\\_186\\_WrSFdfM.pdf](https://adufscar.org/files/public/files/2019/11/DIAPPEC_186_WrSFdfM.pdf), comentários e esclarecimentos sobre o escopo e a amplitude desse Projeto.

A avaliação da assessoria parlamentar do PROIFES é que, pela magnitude da retirada de direitos aí apresentada, é pouco provável que a referida PEC possa ser encaminhada com sucesso no Congresso Nacional ainda este ano; e o ano que vem é ano eleitoral, o que, em tese, dificultaria seu trâmite, mais adiante.

De qualquer forma, será preciso acompanhar atentamente os possíveis desdobramentos dessa proposta, posto que é evidente a tentativa de retirar progressivamente direitos dos servidores públicos.

## 4. A Diretoria da ADUFSCar convida novamente seus associados a participar dos Grupos de Trabalho e dos eventos locais e nacionais.

Aguardamos adesões aos Grupos de Trabalho da ADUFSCar: GT-Educação, GT-Direitos Humanos, GT-Aposentados, e GT-Ciência e Tecnologia.

Informamos ainda que, de acordo com o já divulgado em comunicado anterior da ADUFSCar, ocorrerão dois eventos nacionais do PROIFES no próximo mês.

Pedimos aos interessados que entrem em contato com a Secretaria da ADUFSCar, dentro dos prazos limites abaixo:

- a) Encontro do Movimento Pedagógico da América Latina e do Caribe (promovido pela Internacional da Educação, IE, à qual o PROIFES é filiado), a ser realizado em Curitiba de 3 a 5 de dezembro próximo. A Diretoria irá participar, bem como membros do GT-Educação. Há duas vagas adicionais, a serem preenchidas até 21 de novembro, às 14h.
- b) Sessão Solene de Homenagem aos 15 anos do PROIFES, a ser realizada em Brasília, no Congresso Nacional, no dia 18 de dezembro. Data/horário limite para solicitações de participação: 5 de dezembro, às 14h.

## **5. Diretoria da ADUFSCar visita Centros e Campi para debater a conjuntura, discutir questões locais, e ouvir demandas/propostas. Veja o calendário acertado. Compareça!**

As visitas da Diretoria da ADUFSCar terão o objetivo específico de informar sobre iniciativas da entidade e do PROIFES, propor e debater possíveis mobilizações e ações políticas, bem como discutir questões locais consideradas relevantes pelos associados, e ainda deles ouvir demandas, reivindicações e sugestões, visando subsidiar a construção da proposta orçamentária a ser aprovada pelo Conselho Fiscal da ADUFSCar no início do ano que vem.

Após essas reuniões, a Diretoria da ADUFSCar irá realizar Consultas visando identificar quais das reivindicações debatidas têm maior apoio dos nossos associados, e, também, o que os colegas esperam de seu sindicato.

Confira abaixo os horários das visitas:

Sorocaba, dia 21 de novembro, às 14h, na Sede da ADUFSCar/Sorocaba;

CECH, dia 22 de novembro, às 17h, no Laboratório Def. Visual;

Araras, dia 25 de novembro, às 12h30, na Sede da ADUFSCar/Araras.

IFSP, dia 25 de novembro, às 15h00, no IFSP;

CCBS, dia 26 de novembro, às 10h, no Auditório 2 (Piso Superior);

CCET, dia 06 de dezembro, às 09h, no Auditório;

Lagoa do Sino, dia 13 de dezembro, às 11h, na Sede da ADUFSCar;

## **6. A ADUFSCar convida as direções das demais entidades representativas das categorias que integram a comunidade universitária para debater pauta conjunta consensual.**

*“Às direções das demais entidades representativas da comunidade universitária:*

*A ADUFSCar, considerando o grave momento com que se defronta a comunidade acadêmica, diante dos seguidos ataques perpetrados contra a educação e, em particular, contra as Universidades e Institutos Federais, vem convidar as direções do DCE-UFSCar, da APG-UFSCar e do SINTUFSCar para, como representantes de seus respectivos segmentos, debater com o nosso Sindicato a construção de uma agenda comum de ação política, baseada naquilo que for identificado como consensual entre as nossas categorias.*

*No entendimento da ADUFSCar, é necessário que esse debate respeite a dinâmica e as instâncias decisórias de cada uma das nossas entidades e, portanto, as reuniões não terão caráter deliberativo, mas sim, alternativamente, devem objetivar positivamente a busca da unidade na luta em torno da resistência e da defesa das nossas instituições, de seus alunos e de seus servidores – docentes e técnico-administrativos.*

*Face às considerações acima, que visam preservar a independência dos diversos setores que compõem a comunidade, fortalecendo a democracia interna de cada entidade, a ADUFSCar aguarda o acolhimento da presente proposta e enfatiza a premência de que, juntos e articulados às demais forças que defendem a educação e a equidade social, possamos desempenhar o fundamental papel de guardiães de nossas instituições, patrimônio do povo brasileiro, e de seu papel de produtoras de conhecimento, com excelência, de formadoras de profissionais críticos e capazes, rumo ao desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social, sem permitir o imenso retrocesso que se pretende imprimir ao nosso País.*

*São Carlos, 19 de novembro de 2019.*

*A Diretoria da ADUFSCar.”*

## 1. 26 de novembro: Plenária Nacional das três esferas do serviço público e das empresas públicas estatais.



Acontecerá no Sindicato dos Bancários, em Brasília, das 9às 17h de 26 de novembro, Plenária Nacional das três esferas do serviço público e das empresas públicas estatais.

As entidades nacionais presentes (dentre as quais as da educação, como o PROIFES) aí debaterão propostas de ações estratégicas com o objetivo de formatar um Plano de Ação Unitário em defesa dos Serviços Públicos. As Centrais Sindicais indicam preliminarmente algumas ações para discussão:

1. Realizar ampla divulgação de manifesto aprovado na Plenária, convidando para assiná-lo, em apoio ao movimento, entidades sindicais, sociais, civis do campo democrático.
2. Unificar as mobilizações e lutas de forma a amplificar suas narrativas e argumentos junto à opinião pública e meios de comunicação, potencializando sua repercussão e buscando alinhar as ações e mobilizações de forma a que os movimentos tenham mais força e maior impacto, para o que deve ser construída agenda unitária de lutas e atividades até o fim do ano.
3. Articular ações conjuntas para o início do ano, culminando em um Dia Nacional de Luta, em 11 de março.
4. Articular com as diversas frentes parlamentares a realização de eventos em todas as assembleias legislativas e câmaras municipais em defesa dos serviços públicos e das empresas públicas e estatais, do Brasil, dos trabalhadores e trabalhadoras.
5. Articular a aprovação, em assembleias legislativas e câmaras municipais, de moções dirigidas aos deputados federais e senadores em defesa dos serviços públicos e das empresas públicas e estatais, em especial contra a Reforma Administrativa e as privatizações.
6. Articular uma estratégia de ação unitária no campo jurídico em relação aos projetos contrários aos interesses desta ampla frente sindical em defesa dos serviços públicos e das empresas públicas e estatais, do Brasil, dos trabalhadores e trabalhadoras.
7. Unificar o trabalho parlamentar de todas as entidades nas duas casas do Congresso Nacional, de forma a potencializar as posições em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil, dos trabalhadores e trabalhadoras.
8. Articular e potencializar o trabalho de comunicação de todas as organizações e entidades inseridas nesta batalha, visando atingir de forma intensa a comunicação junto à opinião pública.
9. Posicionar-se contra a PEC que prevê a redução da jornada e redução proporcional de salários e subsídios, e todas as medidas em tramitação contra os interesses soberanos do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.

## 2. Visitas da ADUFSCar aos centros e campi – compareça! Venha debater demandas, propostas de ação, e a difícil conjuntura atual.

ATENÇÃO: calendário de visitas marcadas para esta semana:

Sorocaba, dia 21 de novembro, às 14h, na Sede da ADUFSCar/Sorocaba.

CECH, dia 22 de novembro, às 17h, no Laboratório Def.Visual.

## 3. Ciclo de Debates promovidos pelos Centros da UFSCar.

Divulgamos abaixo, conforme informação recebida, a realização de Ciclo de Debates promovido pelo CECH, CCBS e CCET.

Ao enfatizar a relevância da participação dos docentes em todos os debates que envolvam os atuais ataques às Universidades e Institutos Federais, **vimos respeitosamente sugerir que, futuramente, iniciativas dessa natureza envolvam o conjunto das entidades representativas da comunidade acadêmica**, posto que a luta em defesa das nossas instituições é conjunta e não deve protagonizar apenas este ou aquele segmento, pelo que a ADUFSCar se coloca à disposição para, em nome dos docentes, participar de debates vindouros.



## 4. Assembleia Geral da ADUFSCar: 2 de dezembro, às 17h30.

Convocamos, para o dia 2 de dezembro, às 17h30 (início regimental às 18h), Assembleia Geral da ADUFSCar, com pauta única:

**Ações em defesa das IFES e do serviço público.**

Local a ser divulgado.

## 5. Reunião do Fórum Jurídico Nacional do PROIFES: debate e estruturação de ações jurídicas da Federação e de seus sindicatos em defesa dos docentes de IFES.

Reuniram-se, na Sede do PROIFES, em Brasília, no dia 20 de novembro, representantes do corpo de advogados do Fórum Jurídico Nacional (FJN) do PROIFES, que inclui os doutores Túlio Tayano e Rodrigo Casali (assessores jurídicos do PROIFES e também da ADUFSCar) e, também, assessores jurídicos dos demais sindicatos vinculados à Federação. A Diretoria da ADUFSCar esteve presente.

Os principais temas tratados foram:

- 1) **Future-se.** Dado o caráter deletério do programa proposto pelo atual governo – inclusive em sua segunda versão, recentemente divulgada – ao atacar não apenas a autonomia universitária como o caráter público das nossas instituições, dentre muitos outros aspectos negativos, decidiu-se que o FJN elaborará um parecer complementar ao já produzido sobre o Future-se, detalhando os prejuízos que essa formulação trará às IFES.

Outras ações aprovadas: participar da Comissão de Defesa da Autonomia das Universidades da OAB (Nacional, São Paulo e outras); analisar a possibilidade de apresentar denúncia do programa a entidades internacionais, como a OIT; contatar a Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão, para interlocução e eventual definição de ações conjuntas.

- 2) **Reforma da Previdência e outros ataques aos trabalhadores e servidores.** O FJN ficará atento a todos os desdobramentos de ações do atual governo que visam retirar direitos dos trabalhadores em geral e dos servidores em particular. Em relação à Reforma da Previdência, particularmente, aprovou-se: 1) acompanhar e analisar todas as ADIN já ingressadas, entrando como ‘amicus curiae’ naquelas em que se julgar adequado, bem como estudar a possibilidade de propor outras ADINs; 2) analisar a possibilidade de entrar imediatamente com ações locais (nos sindicatos), que serão definidas o mais rapidamente possível.

## 6. Regulamentação da autonomia: PROIFES apresenta proposta de PL sobre autonomia universitária ao deputado Gastão Vieira (PROS-MA).

O PROIFES-Federação apresentou ao deputado Gastão Vieira (PROS-MA), nesta quarta-feira, 20 de novembro, em Brasília, sua proposta de Anteprojeto de Lei para a Regulamentação da Autonomia das Universidades e Institutos Federais. O deputado federal Gastão Vieira (PROS-MA), membro da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, é autor do PL 4992/2019, que dispõe sobre o mesmo tema e se contrapõe frontalmente ao conteúdo do programa Future-se.



O PROIFES, representado por seu diretor de Relações Internacionais, Gil Vicente Reis de Figueiredo (ADUFSCar-Sindicato), pelo diretor de Assuntos Jurídicos, Eduardo Rolim (ADUFRGS-Sindical), e pelo presidente da ADURN, Sindicato (filiado ao PROIFES), entregou ao deputado Gastão Vieira o texto com a proposta de Anteprojeto, no qual o PROIFES destaca que, apesar da CF/1988 determinar em seu artigo 207 que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, falta regulamentação da matéria, e “nossas instituições ainda não gozam, até o presente momento, da proclamada autonomia, que é impedida ou dificultada por um conjunto de leis, portarias e outras disposições”. O deputado Gastão Vieira recebeu o documento e saudou a iniciativa do PROIFES em debater “tema de tão alta relevância”. Assegurou que vai considerar as propostas feitas no Anteprojeto, no sentido de coaduna-las com as que já estão presentes no PL 4992/2019, de sua autoria. "A presença de vocês aqui é muito bem vinda. Esse é o momento de discutirmos essa matéria e quero fazer isso com

vocês. Temos ambiente para avançar no assunto, aqui na Casa.” O deputado informou ainda que irá convidar o PROIFES para apresentar suas propostas em Audiência Pública.

### **7. III Encontro Nacional do GT de Direitos Humanos do PROIFES – raça, técnica, gênero e sexualidades.**

A terceira edição do Encontro Nacional do Grupo de Trabalho (GT) Direitos Humanos: Raça/Etnicidade, Gênero e Sexualidades do PROIFES-Federação, realizada em parceria com o ADUFG-Sindicato na capital goiana durante os dias 07 e 08 de novembro contou a participação da delegação de professores (as) da ADUFSCar Sindicato: Thais Madeira (coordenadora do GT Direitos Humanos da ADUFSCar), Maria Claudia Bullio Fragelli, Gil Vicente Reis de Figueiredo, Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale e Oto Araujo Vale.

Para o presidente do Proifes, a realização da terceira edição do Encontro Nacional do Grupo de Trabalho (GT) mostra que a PROIFES “veio para fazer diferente”, ao conseguir unir o trabalho pelas pautas sindicais e as pautas que as pessoas vivenciam em suas realidades pessoais. “Acredito que os tempos de crises são exatamente aqueles em que construímos as melhores soluções”, destacou Brandão, presidente do PROIFES, ressaltando seu orgulho em presidir uma instituição capaz de realizar um evento com essa temática em momento que os Direitos Humanos sofrem tantos ataques.

Para a professora Maria Cláudia, “o evento reuniu personalidades relevantes para a área dos DH, que mostraram sua preocupação com a temática e a satisfação pela realização do evento. Durante as mesas, houve professores (as), políticos (as) e profissionais de áreas diversas, abordando diferentes aspectos dos DH. As falas foram fortes não apenas pela notória importância das pessoas, mas pelo conteúdo de qualidade, político, militante, abrangente e em consonância com o presente momento político. Destaco os questionamentos sobre o que significa "crise política", os dados alarmantes sobre encarceramento e morte da população negra devido a nefasta guerra às drogas e o adoecimento coletivo (de docentes) como resultante de uma política de Estado violenta. Maria Cláudia ressaltou que “os debates por vezes me fizeram sentir a angústia da crise dos DH. Mas encontrar eco e espelho nos colegas de fala e de plateia traz a esperança da construção de um movimento de resistência política, colocando o sindicato no protagonismo de não apenas lutar por "melhores salários", mas um sindicato que entende a importância dos DH e da qualidade de vida docente para a militância e para a política”.

# Comunicado ADUFSCar

n° 47/2019

[www.adufscar.org](http://www.adufscar.org)

27 de novembro de 2019

## Garantia da autonomia da UFSCar – processo de sucessão da Reitoria / 2020.

Está em curso, como todos seguramente vêm testemunhando, um processo de desqualificação das Universidades e dos Institutos Federais, bem como dos integrantes das respectivas comunidades. O Ministro de Estado da Educação – que irá, por suas declarações, ser acionado judicialmente pela ADUFSCar, mais uma vez – trata os docentes como ‘zebras gordas’ a serem perseguidas, reduz seguidamente dotações orçamentárias essenciais ao bom funcionamento das IFES, acusa nossas instituições de praticarem cultivo de drogas, e nossos laboratórios de produzirem metanfetamina – dentre outras atitudes desqualificadas, incondizentes com o mínimo de decoro e compostura do cargo ocupado.

Diante disso, é mais do que pertinente que a comunidade universitária da UFSCar se organize em torno da defesa da autonomia das nossas instituições, e, o que inclui o debate relativo às eleições para a reitoria, a acontecerem em 2020. Estando, assim, em total sintonia com essa questão de fundo, consideramos que os atores autorizados a conduzir esse debate, por força de mandatos conferidos democraticamente por seus associados, são as entidades representativas dos diversos segmentos: ADUFSCar, SINTUFSCar, DCE e APG. Outras iniciativas, em especial se conduzidas por eventuais interessados no resultado do pleito que se avizinha, carecem, no nosso entender, da necessária legitimidade e isenção – essa prática inadequada (como demonstra a história recente do Brasil) deve no nosso entender ser evitada. A Diretoria da ADUFSCar propõe que a defesa da garantia da autonomia da UFSCar, no tocante a essa temática, seja debatida conjuntamente pelas entidades representativas dos diversos segmentos da comunidade.

Como já publicado no Comunicado 45/2019, a ADUFSCar convidou o SINTUFSCar, DCE e APG para reuniões com o objetivo de debater a atual conjuntura – inclusive e naturalmente a relativa a questões internas à UFSCar – e ações políticas baseadas no que for identificado como consensual.

A primeira reunião aconteceu no dia 26 de novembro, às 12h30, na Sede da ADUFSCar, estando presentes cinco diretores da ADUFSCar e a presidente do SINTUFSCar. DCE e APG não compareceram. Houve concordância na promoção de ações conjuntas, naquilo que for consensual. Houve igualmente acordo de que essas ações – reuniões, atos, palestras, debates, rodas de conversa, universidade na praça ou outras atividades congêneres – serão articuladas, organizadas e protagonizadas pelas direções das entidades representativas.

Vale mencionar que, na reunião, a representante do SINTUFSCar referiu-se a uma reunião marcada para acontecer na Sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em 23 de novembro, evento esse convocado por um “*grupo de servidores docentes, técnicos e administrativos e estudantes empenhados em reunir os membros da comunidade ufscariana (...) preocupados com ações para recuperar e garantir a democracia na UFSCar, além de trabalhar pela autonomia da nossa Instituição (...)*”. O convite dirigiu-se ao SINTUFSCar, à ADUFSCar ([VER AQUI](#)), à APG e ao DCE.

De acordo com a representante do SINTUFSCar, sua entidade aceitou o convite e compareceu ao encontro, ao qual, segundo ela, compareceram diversos ex-reitores de oposição à atual gestão da reitoria.

A ADUFSCar, ao contrário, não acatou esse mesmo convite, e registrou respeitosamente sua total divergência em relação à decisão do SINTUFSCar, pois considera que tal debate, embora apropriado e extremamente necessário, deve ser conduzido de forma isenta e equidistante pelas entidades, por uma questão de respeito à legitimidade das representações de docentes, de servidores técnico-administrativos e de discentes.

É importante que fique claro, portanto, que a ADUFSCar avalia que é fundamental discutir o processo eleitoral, em particular no tocante a aspectos que assegurem a defesa da democracia interna, e, sobretudo, o respeito às decisões tomadas de forma autônoma pela comunidade universitária. Entretanto, a atual gestão da ADUFSCar reitera e reafirma que o debate em questão deve se dar a partir de iniciativa das entidades, de forma independente, sem qualquer ingerência de forças vinculadas a possíveis interessados no pleito vindouro, sejam eles de situação ou de oposição. Iremos, em tempo próprio, propor aos associados a ampla, aberta, democrática e plural discussão de duas questões (dentre outras), que julgamos centrais:

- a) O cômputo do resultado da ‘Consulta’ à comunidade (que até hoje tem tido caráter paritário);
- b) O acatamento, pelo ConsUni, desse resultado (que até hoje tem se expresso pela decisão de não incluir na lista tríplice nomes de candidatos derrotados).

# Comunicado ADUFSCar

n° 48 2019

[www.adufscar.org](http://www.adufscar.org)

02 de dezembro de 2019

## 1. Ações políticas em defesa das Universidades, Institutos Federais e seus docentes

### Reunião do CD do PROIFES – propostas aprovadas indicativamente aos sindicatos filiados.

O Conselho Deliberativo do PROIFES, reunido em Brasília nos dias 29 e 30 de novembro próximo passados, analisou a grave situação de ataque às Universidades, Institutos Federais e seus servidores, dentre os quais seus docentes.

Foram aprovados:

#### I. A pauta das Centrais Sindicais:

Realizar ampla divulgação de Manifesto (abaixo), convidando as entidades democráticas, sindicais, sociais e civis a assiná-lo.

Criar comando unitário nacional e frentes únicas nos Estados para organizar um trabalho nos parlamentos e na base unificando as mobilizações e lutas de forma a amplificar suas narrativas e argumentos junto à opinião pública e meios de comunicação.

Unificar o trabalho parlamentar de todas as entidades nas duas Casas do Congresso Nacional, nas Assembleias Estaduais e nas Câmaras Municipais, de forma a potencializar as posições em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.

Articular e potencializar o trabalho de comunicação de todas as organizações e entidades inseridas nesta batalha, visando atingir de forma intensa a comunicação junto à opinião pública. Neste sentido, indicamos uma reunião de todos os setores de comunicação das entidades sindicais para discutir uma campanha publicitária unificada de defesa dos serviços públicos e das estatais.

Potencializar a repercussão das ações junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Neste sentido, buscar alinhar as ações e capacidade de mobilização de forma a que os movimentos tenham mais força e maior impacto.

Construir uma agenda unitária de lutas e atividades até o fim do ano.

Articular com as diversas Frentes Parlamentares a realização de eventos em todas as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.

Articular a aprovação nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais de moções dirigidas aos deputados federais, senadores e vereadores em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial contra a MP 905, as PECs 186, 187 e 188, e a Reforma Administrativa e as privatizações.

Articular uma estratégia de ação unitária no campo jurídico em relação aos projetos contrários aos interesses desta ampla frente sindical em defesa dos públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.

Posicionar-se contra a PEC que prevê a redução da jornada e redução proporcional de salários e subsídios, e todas as medidas em tramitação contra os interesses soberanos do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.

Realizar, de 2 a 6 de dezembro de 2019, uma semana de agitação e panfletagem contra a MP 905, as PECs 186, 187 e 188 e o pacote de ajuste de Guedes.

Realizar, em 12 de fevereiro, atividade no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

Reforçar 8 de março, Dia Internacional das Mulheres.

Indicar 18 de março como uma data nacional de paralisação, mobilização, protestos e greves.

Indicar a necessidade de discussão da realização de uma greve geral no País.

## **MANIFESTO**

### *em defesa dos serviços públicos para a população trabalhadora e dos direitos dos trabalhadores e contra as privatizações*

O governo Bolsonaro quer destruir tudo que é público, quer acabar com o SUS, entregar a Educação para empresas privadas, privatizar os Correios e tantas outras empresas estatais que devem estar à serviço de atender com qualidade a população trabalhadora.

É isso que significa seu projeto de privatizações, é isso que significa as Medidas Provisórias lançadas nas últimas semanas: retirar direitos, precarizar ainda mais as condições de trabalho e manter o desemprego, pois as empresas vão continuar a demitir para contratar pagando menos e com menos direitos.

As medidas não combatem privilégios, pois quem vai ter o salário reduzido, não são os parlamentares, a alta cúpula do Judiciário ou das Forças Armadas, mas sim os servidores que atendem a população trabalhadora.

O Sistema Único de Saúde Pública do Brasil é referência mundial. Muitos moradores de países vizinhos atravessam a fronteira para serem atendidos em nosso país porque o atendimento é gratuito. O governo ataca nossos sistemas de saúde e ensino públicos e gratuitos, retiram direitos, querem acabar com a estabilidade dos servidores públicos para transformar a educação e a saúde em mercadorias, em serviços privados pagos, para beneficiar apenas quem tem capital e que pode transformar esses setores em lucrativo negócio para os seus interesses. Beneficiam famílias ricas e filhos da elite em prejuízo do nosso povo, que labuta de sol a sol em busca de trabalho para sobreviver.

O governo Bolsonaro está vendendo até a Casa da Moeda. E o mais grave: destrói o sistema de fiscalização trabalhista e previdenciária para que as empresas possam ampliar a exploração e impor condições desumanas aos trabalhadores. Enfraquece os órgãos de fiscalização, promovendo desastres, como os incêndios na Amazônia, a poluição das praias, rios, reservas marinhas por óleo cru no Nordeste, além do uso desenfreado de agrotóxicos, já não sabemos se o que comemos e o que bebemos está adequado ao consumo por conta da irresponsabilidade do governo com a saúde e a vida. Esses são apenas alguns exemplos do intenso processo de destruição promovido pelo desmonte e esvaziamento dos órgãos públicos.

A população precisa de mais saúde, mais educação, mais médicos, um país sem investimentos em educação, ciência, pesquisa e desenvolvimento é um país sem futuro, que condenará os trabalhadores e seus filhos a uma sobrevivência desumana em ambientes violentos, sem nenhuma perspectiva.

A proposta de Bolsonaro de acabar com a estabilidade do servidor público e reduzir salários nada tem a ver com a melhoria dos serviços prestados. Querem acabar com os direitos e os concursos públicos para entregar esses serviços para empresas privadas e ao invés do concurso público, o que vai prevalecer é a indicação para cargos feita por vereadores, deputados e senadores.

Lutar contra as privatizações dos Correios, Eletrobrás, Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, CODESA, CODESP, institutos de pesquisas como INPE, EMBRAPA, IBGE e tantos outros, além de ser uma luta contra mais demissões e retirada de direitos, é luta para garantir que os serviços públicos sejam voltados para atender as necessidades da população.

Um país rico em recursos naturais, precisa ter empresas estatais e públicas fortes e serviços públicos municipais, estaduais e federais de qualidade, prestados gratuitamente para o povo. Ao invés de retirar direitos e recursos financeiros, é preciso investir nos serviços públicos de qualidade.

Por emprego, direitos e melhores condições de vida e trabalho vamos á luta:

Contra a privatizações e os pacotes do governo Bolsonaro que querem acabar com os serviços públicos e reduzir salários e direitos de quem atende a população.

Pela rejeição da medida provisória 905 do governo que significa o extermínio de direitos e o aumento da miséria da classe trabalhadora.

Contra os ataques às organizações dos trabalhadores.

Em defesa das liberdades democráticas.

Contra os planos ultraliberais do governo ultraliberal Bolsonaro - Guedes.

## **II. As propostas da CNTE para o Fórum Nacional Popular de Educação:**

Todas as entidades do serviço público devem iniciar o ano de 2020 em **ESTADO DE GREVE**.

Realizar campanha, entre 01/12/2019 e 23/01/2020, centrada na importância dos serviços públicos para os aposentados e pensionistas. Proposta: ação social nas praças, ruas ou clubes, no dia 24 de janeiro, dirigida explicitamente para os aposentados e pensionistas.

Realizar campanha, entre 25/01/2020 e 20/02/2020, direcionada a visibilizar nos blocos e outros eventos carnavalescos a defesa dos serviços públicos.

Realizar campanha, entre 21/02/2020 e 31/03/2020, em torno do tema “Os serviços públicos atendem às mulheres”, culminando em Marcha Estadual com paralisação, nos dias 11 a 19 de março de 2020.

Realizar, no mês de março de 2020, assembleias das categoriais, para deliberar sobre a data do início de uma greve geral dos serviços públicos.

Realizar campanha, entre 01/06/2020 e 30/06/2020, levantando a bandeira dos serviços públicos nas festas juninas, ocupando praças, ruas e clubes.

Constituir, a partir das Centrais Sindicais, Grupo de Trabalho para produzir os materiais das Campanhas unificando a imagem e a linguagem em defesa dos serviços públicos e empresas públicas e estatais, produzindo uma logomarca comum para todas as Campanhas, que, após ampla divulgação e ações, seja fixada na memória da população.

## **III. A proposta apresentada pela ADUFSCar, de indicação e construção de greve unificada do serviço público, na semana 16-20 de março de 2020, nos seguintes moldes:**

A greve ocorrerá pelo período de uma semana, entre os dias 16 e 20 de março de 2020, paralisando, de forma sequencial e articulada, as atividades dos diversos segmentos de servidores, de acordo com ação integrada e unitária, aprovada nas entidades representativas.

Cada categoria paralisará suas atividades por um dia.

Em cada paralisação, deverão ser amplamente divulgadas as pautas dos servidores públicos paralisados.

Em cada paralisação, deverá ser amplamente divulgada a pauta geral do serviço público, com ênfase na **Revogação da Emenda Constitucional 95**.

Importante realçar que, de acordo com as reuniões nos diversos campi e centros da UFSCar, a Diretoria da ADUFSCar irá propor a realização (todos os campi) de ações intituladas ‘Universidade na Praça’, cujo objetivo

será levar à população das diversas cidades abrangidas informações sobre o trabalho dos docentes nas IFES e seu impacto positivo para a sociedade.

## **2. Ações jurídicas em defesa das Universidades, Institutos Federais e seus docentes**

No CD de 29 e 30 de novembro foi também referendada a ação articulada e unificada de todos os sindicatos do PROIFES, em torno das seguintes iniciativas jurídicas, desde que aprovadas em cada um deles.

Em relação ao Ministro da Educação, os sindicatos federados (desde que aprovado em suas assembleias) e o próprio PROIFES, Federação, atuarão de maneira coordenada e integrada no sentido de:

Propor, diretamente no STF, **interpelações judiciais criminais** (art. 144 CP) para que o sr Ministro da Educação aponte **onde há plantações de maconha e laboratórios produzindo drogas**;

Questionar juridicamente, **diante das informações que eventualmente possua ou indique o senhor Ministro, por qual razão não tomou as devidas providências**.

Propor **Ação de Indenização por dano moral coletivo**.

Na AG da ADUFSCar de 2 de dezembro, especificamente, será proposta a aprovação, de forma ampla, de interposição de medidas judiciais, não apenas as acima, mas as que redundem em benefícios econômicos dos docentes, dentro dos parâmetros que serão explicitados pela assessoria jurídica da ADUFSCar, que estará presente à AG.

Se houver a aprovação da assembleia, seguir-se-á a elaboração, com o apoio da assessoria jurídica da ADUFSCar, de um 'Plano de Ação Jurídico', baseado no que foi aprovado no Fórum Jurídico Nacional do PROIFES, com a distribuição de ações coletivas e também individuais.

## 1. Deliberações da AG de 2 de dezembro de 2019.

### Ações jurídicas em defesa das Universidades, Institutos Federais e de seus docentes.

Esse foi o primeiro ponto de pauta tratado.

Em relação a ações relacionadas às recentes e ofensivas declarações do Ministro da Educação, que, mais uma vez, buscou desqualificar Universidades / Institutos Federais e seus docentes, foi votado e aprovado:

- Propor, diretamente no STF, interpelações judiciais criminais (art. 144 CP) para que o referido senhor aponte onde há, nas IFES, plantações de maconha e laboratórios produzindo ilegalmente drogas.
- Propor Ação de Indenização por dano moral coletivo.
- Questionar juridicamente, diante das informações que eventualmente declare possuir o senhor Ministro da Educação, por qual razão não tomou em relação aos fatos alegados as devidas providências.
- Ingressar no Ministério Público de São Carlos, nessa mesma linha.

Foi ainda proposto e aprovado na assembleia enviar ofício (ver Anexo, adiante) à Reitoria da UFSCar, solicitando que se manifeste publicamente diante das declarações do Ministro da Educação acima mencionadas.

No que diz respeito a medidas judiciais em defesa dos docentes, foi igualmente aprovado dar aval à assessoria jurídica da ADUFSCar para que entre com ações coletivas e/ou individuais contra os inúmeros prejuízos que vêm sendo causados aos professores pelas mais diversas medidas (Reformas, como a da Previdência, Decretos, como o 9991, que trata de licença capacitação, etc.); serão futuramente publicados os necessários detalhes, de forma a que sejam encaminhadas e operacionalizadas essas ações.

### Ações políticas em defesa das Universidades, Institutos Federais e de seus docentes.

A assembleia, após debates, aprovou as ações políticas apresentadas pela Diretoria da ADUFSCar no Comunicado 47/2019, endossando, além da realização da Universidade na Praça (evento já em construção):

- A pauta das Centrais Sindicais;
- O Manifesto das Centrais Sindicais; e
- As propostas da CNTE encaminhadas ao Fórum Nacional Popular de Educação.

A assembleia debateu também a possibilidade de greve unificada do serviço público, na semana de 16 a 20 de março de 2020, remetendo o assunto para reflexão dos associados e deliberação futura.

Anexo (Ofício a ser enviado à Reitoria da UFSCar)

*“À Magnífica Reitora da UFSCar,*

*A assembleia geral da ADUFSCar de 2 de dezembro vem respeitosamente dirigir-se a V.Sa. no sentido de solicitar que a Reitoria da UFSCar se manifeste publicamente em relação às recentes declarações do Ministro de Estado da Educação, que acusou as Universidades Federais de atividades ilegais caracterizadas, segundo ele, por plantações de maconha e produção de drogas.*

*Atenciosamente,*

*A assembleia geral da ADUFSCar, 02 de dezembro de 2019.”*

## 2. Assembleia Geral: 11 de dezembro - processo de sucessão da Reitoria da UFSCar.

A ADUFSCar convoca assembleia geral da entidade para o próximo dia 11 de dezembro, às 17h30 (com início regimental às 18h), com pauta única: processo de sucessão da Reitoria da UFSCar. Dentre os pontos a serem tratados, consideramos essenciais (dentre outros) os seguintes: a) cômputo do resultado da ‘Consulta’ à comunidade (que até hoje tem tido caráter paritário); b) o acatamento, pelo ConsUni, desse resultado (que até hoje tem se expresso pela decisão de não incluir na lista tríplice nomes de candidatos derrotados).

Informamos que, posteriormente à AG, será realizada Consulta aos associados sobre o mesmo tema.

## 3. Convite às entidades representativas (SINTUFSCar, DCE e APG) para debate do processo de sucessão da Reitoria da UFSCar: 16 de dezembro.

A ADUFSCar, conforme já expresso em Comunicados anteriores, considera que o debate sobre o processo de sucessão da Reitoria da UFSCar deve ser conduzido pelas entidades representativas da comunidade universitária – ADUFSCar, SINTUFSCar, DCE e APG. Por essa razão, convidaremos essas entidades para reunião no dia **16 de dezembro, às 12h, na Sede da ADUFSCar**, tendo o processo em questão como ponto de pauta. A ADUFSCar proporá o encaminhamento conjunto das questões consensuais, de forma a respeitar a autonomia de cada categoria.

## Considerações sobre o processo de sucessão da Reitoria da UFSCar.

A Diretoria da ADUFSCar, conforme informado no Comunicado 49/2019, convocou assembleia geral da entidade para o próximo dia 11 de dezembro, às 17h30 (com início regimental às 18h), para debater o processo de sucessão da Reitoria da UFSCar. Devido à importância do assunto, iremos submeter as eventuais propostas e encaminhamentos aprovados nessa assembleia a Consulta posterior, de modo que todos os associados possam se manifestar a respeito, consolidando assim democraticamente a posição final da ADUFSCar a respeito desta temática. A Diretoria da ADUFSCar, mais uma vez, explicita com clareza sua posição, que é a historicamente defendida por esta entidade e pelo PROIFES.

Inicialmente, relembramos que, até 1968, a universidade era regida por professores catedráticos, senhores máximos das cátedras, que tinham pleno poder para contratar e demitir quem lhes aprouvesse. Era o antigo modelo alemão que vigorava desde as primeiras universidades brasileiras. Com a reforma de 1968, expressa pela Lei no 5540 de 28/11/68, a Lei de Diretrizes e Bases, as cátedras foram transformadas em departamentos e os cargos de Reitor e Vice-Reitor passaram a ser nomeados pelo Governo a partir de uma lista de nomes indicados pelo Conselho Universitário ou colegiado equivalente.

O primeiro movimento em direção à democratização da escolha de dirigentes foi dado em 1995, com a Lei 9.192/95, que, alterando a lei anterior, definiu que *“o Reitor e o Vice-Reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas triplices organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal; os colegiados aqui referidos devem ser constituídos de representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade, observarão o mínimo de setenta por cento de membros do corpo docente no total de sua composição; em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação à das demais categorias.”*

Sem entrar no mérito da proporcionalidade entre os votos dos segmentos, mas de uma forma mais ampla e democrática, tendo por base a Constituição de 1988, que em seu artigo 207 define que *“As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”*, o PROIFES deliberou em 2006, com o apoio e o voto favorável da ADUFSCar, defender que cada universidade usufrua do direito de definir autonomamente a forma de escolha de seus dirigentes, e que essa escolha seja respeitada pelo Governo Federal.

Assim é que (conforme pode ser lido no Comunicado nº26/2006 da ADUFSCar), em audiência havida com o Ministro de Relações Institucionais Tarso Genro no dia 25 de julho daquele ano, às 11h30, à qual estiveram também presentes a UNE, a CNTE e a CONTEE, o PROIFES demandou que a escolha de reitores pelas comunidades das Universidades, de acordo com regras aprovadas por cada qual, fosse integralmente respeitada, sem a elaboração de ‘listas triplices’ – contrariamente ao que estava previsto no Projeto de Lei de Reforma do Ensino Superior encaminhado pelo então governo Lula ao Congresso Nacional. A resposta do Ministro (conforme pode ser lido no mesmo Comunicado) foi: *“dificilmente o governo irá defender a retirada da proposta da lista tríplex, pois se trata de opinião pessoal do Presidente da República”*.

A ADUFSCar, fiel à sua tradição, continua a defender exatamente o mesmo: que cada Universidade tenha respeitada a vontade de sua comunidade, expressa nas urnas. Isso significa, nas atuais circunstâncias, não abrir espaço para que o Governo Federal possa escolher nome que não seja alinhado democraticamente com a opinião da maioria. Essa é a questão central, que não deve ser obscurecida pelo debate – ao qual, todavia, não devemos nos furtar – relativo à forma de cômputo dos votos, isto é, ao peso a ser atribuído à votação de cada categoria.

\*\*\*

Para subsidiar as discussões sobre esta temática apresentamos nos links abaixo transcrição parcial (naquilo que interessa diretamente ao debate em tela) da legislação referente ao processo de escolha de dirigentes nas Universidades: [Decreto 1916/1996 \(link\)](#), [Nota Técnica \(NT\) 437/2011 \(link\)](#) e [NT 400/2018 \(link\)](#), que a partir de 21/12/2018 substituiu a NT 437/2011. Destacamos em azul, nos links das NTs, algumas das principais diferenças entre elas, posto que a NT 400/2018 altera as regras antes vigentes, determinando que a votação paritária ou que adote peso dos docentes diferente de 70% será ilegal e deve ser anulada, ainda que realizada por entidades da Universidade.

## 1. Deliberações da AG de 11 de dezembro.

A Assembleia Geral de 11 de dezembro de 2019 debateu questões relativas ao **processo de sucessão da Reitoria** que ocorrerá no próximo ano, tendo sido eixo central das falas a preocupação de garantir a autonomia prevista constitucionalmente, em consonância com a NT 243/2019, de forma que o resultado do pleito vindouro seja respeitado, sendo nomeados aqueles que lograrem democraticamente o apoio da maioria da comunidade. Foram muitas as questões que permearam as discussões, que se estenderam por quase três horas. Foram votados os seguintes pontos:

### A. Forma de realização da Consulta à Comunidade:

Em relação a esse assunto, duas propostas foram votadas:

**Proposta A.1: O processo de Consulta à Comunidade deve ser conduzido por uma Comissão do ConsUni, integrada por membros indicados pelas entidades representativas das diversas categorias.**

OBS 1: Ficou claro que esta proposta é apenas indicativa, pois compete ao ConsUni – que pode, ou não, concordar com ela – montar a correspondente Comissão, e caberá às diversas entidades concordar ou não com a indicação de membros.

OBS 2: Foi ainda esclarecido que tal proposta, uma vez aprovada por todos os atores envolvidos e encaminhada, resultará em Consulta à Comunidade que deverá respeitar o peso de 70% para a categoria docente, conforme legislação vigente, e, mais ainda, não poderá conter três nomes da mesma chapa vencedora.

**Proposta A.2: O processo de Consulta à Comunidade deve ser conduzido pelas entidades representativas das diversas categorias.**

OBS 1: Ficou claro que esta proposta é apenas indicativa, e caberá às diversas entidades concordar ou não com ela.

Venceu a Proposta 2, que obteve 16 votos, contra 5 votos dados à Proposta 1 e 02 abstenções.

### B. Pesos dos votos de cada categoria no processo de sucessão da Reitoria.

Na UFSCar, tradicionalmente, a votação em Consulta à Comunidade, no que se refere a eleições para reitoria, tem seguido a paridade, o que significa que o peso dos votos de cada categoria é igual a 1/3 do total.

Essa questão foi debatida na assembleia, que se dividiu entre os que apoiavam que em 2020 se proceda dessa mesma forma, e os que apoiaram que a votação seja feita, no próximo ano, respeitando a proporção de 70% para os votos da categoria docente e 15% para cada uma das demais categorias (servidores técnico-administrativos e alunos). Assim, foram submetidas ao voto as seguintes propostas:

**Proposta B.1: O cômputo do resultado da votação deve considerar os seguintes pesos: 70% para a categoria docente; 15% para os servidores técnico-administrativos; 15% para os alunos.**

**Proposta B.2: O cômputo do resultado da votação deve seguir a paridade.**

Venceu a Proposta 2, que obteve 11 votos, contra 05 votos dados à Proposta 1 e 01 abstenção.

O resultado dos debates havidos na AG será submetido a Consulta, para definição da posição da ADUFSCar, Sindicato. Ficou definido que uma Comissão, às 09h do dia 12 de dezembro, encaminhará os procedimentos relativos à efetivação dessa consulta, no que diz respeito à elaboração do teor do que será votado. Publicamos, abaixo, textos de uma página cada, defendendo cada uma das propostas em tela, conforme redigidos por seus proponentes. A Consulta ocorrerá, presencialmente, entre as 14h e as 17h de hoje, 12 de dezembro, e nos dias 13 de dezembro e 16 de dezembro, entre as 09h e as 17h; e, eletronicamente, entre as 14h de hoje, 12 de dezembro, e as 17h de 16 de dezembro, ininterruptamente. A apuração terá lugar no dia 16 de dezembro, imediatamente após o encerramento da votação.

A ADUFSCar convidou as demais entidades representativas para uma reunião para tratar do assunto, devendo a mesma se realizar tão logo tenhamos o resultado da Consulta.

## **Defesa da Proposta A.1: O processo de Consulta à Comunidade deve ser conduzido por uma Comissão do ConsUni, integrada por membros indicados pelas entidades representativas das diversas categorias.**

### **Defesa da autonomia institucional**

Nas últimas eleições para reitoria, o processo eleitoral foi conduzido por uma comissão eleitoral constituída pelo Conselho Universitário. Deve-se observar que a sucessão da reitoria é uma questão institucional que deve ser conduzida institucionalmente. O Conselho Universitário é o órgão deliberativo máximo da universidade e cabe a ele a definição de políticas e caminhos institucionais.

Quando se defende que o Conselho Universitário (ConsUni) desista de sua prerrogativa estatutária de conduzir institucionalmente o processo sucessório, o que está se defendendo é a perda da autonomia da própria instituição e a perda do poder legítimo que o ConsUni detém de conduzir o processo. Em tese, o que se deseja é que o ConsUni seja colocado em segundo plano e que as entidades de classe assumam o protagonismo. Um primeiro risco dessa proposta é que os interesses das categorias se sobreponham aos interesses institucionais. Será que é isso mesmo que a UFSCar deseja?

Além disso, sem a coordenação institucional feita pelo ConsUni, o processo eleitoral corre o risco de ser conduzido de forma completamente desconexa e divergente entre as categorias. Uma categoria poderá demandar votação em urna física com voto em papel com regras específicas sobre como anular um voto, enquanto que outra poderá conduzir o processo eleitoral com voto eletrônico em que as chances de um voto ser anulado por *interpretação* de uma comissão diminuem para zero. Metodologias diferentes de consulta podem gerar resultados questionáveis (por parte de qualquer membro da comunidade ou dos participantes do pleito). Além disso, como existe a possibilidade dos processos não serem uniformes (as entidades podem, em tese, fazer consultas independentes com formatos independentes), a instituição perderia a referência sobre a opinião de uma ou mais categorias em caso de suspeitas de fraudes ou favorecimento de uma chapa em detrimento de outras, o que comprometeria todo o objetivo da consulta.

Existe, claro, a possibilidade das categorias conduzirem um processo que resulte em uma consulta unificada. Mas como algumas categorias não dominam o processo de voto eletrônico, a opção possível seria o voto em urna física com voto em papel. Será que a comunidade em geral aceitaria retroceder para voto em papel pela impossibilidade de alguma categoria não conseguir conduzir o processo de forma eletrônica, considerando que diversas votações institucionais já ocorrem com um sistema eletrônico seguro e auditável em que não foram apresentados quaisquer questionamentos quanto a lisura do processo ou seus resultados? Deve-se ressaltar que o voto eletrônico amplia a possibilidade de participação de toda a comunidade tanto do ponto de vista temporal (vários dias) como de distância (viagem a trabalho ou para participação em eventos científicos) e que já foi mais que referendado pela categoria dos docentes. Além disso, mesmo que as entidades dominassem a tecnologia de voto eletrônico, precisariam dos dados pessoais das pessoas não associadas (como ficaria o DCE nessa situação?), o que, infelizmente, a instituição não

pode fornecer – por questões legais. Todos os caminhos parecem levar ao mesmo lugar: a coordenação do processo pelo ConsUni.

**Defesa da Proposta A.2: O processo de Consulta à Comunidade deve ser conduzido pelas entidades representativas das diversas categorias.**

### **Defesa da Consulta conduzida pelas entidades**

A eleição da reitoria é um momento de importante celebração da comunidade universitária da UFSCar, de sua capacidade de discutir, de avaliar projetos e de votar, de maneira conjunta, unificada e paritária, para a escolha dos caminhos que a Universidade deve tomar.

#### **Conjuntura**

É fundamental compreendermos a defesa do processo de consulta conduzido pelas Entidades representativas das categorias da Universidade tendo por base dois elementos cruciais: 1) o atual contexto de ataques à Educação e, em particular, ao Ensino Superior e à Universidade Pública; 2) o novo cenário normativo das consultas para subsidiar o processo de escolha de reitores.

O enfrentamento aos ataques à Educação exige articulação e mobilização constantes de parte da comunidade universitária, liderada por suas Entidades.

No que diz respeito às normativas que até o momento regem o processo de consulta à comunidade universitária para a escolha de seus reitores, uma consulta conduzida pelo Conselho Universitário agora implicaria na institucionalização do processo e na necessidade de seguir rigorosamente normas que contrariam o que historicamente tem sido realizado na UFSCar – o que demandaria, inclusive, estudo e debates aprofundados que seriam impossíveis neste momento, dado o limite de tempo de que dispomos para a tomada de decisões sobre o processo. Nas consultas de 2016 e 2012, por exemplo, não havia incompatibilidade de uma condução feita pelo ConsUni com a possibilidade de paridade, tal como existe agora.

Vale lembrar que o processo de consulta à comunidade era conduzido pelas entidades representativas das categorias até 2000, tendo passado a ser conduzido pelo Conselho Universitário após 2004. No entanto, a conjuntura jurídica nos obriga a rever esse procedimento. Neste momento, de acordo com a Norma Técnica 243 de 2019 do Gabinete da SESu/MEC, somente uma consulta informal, sem vinculação com o ConsUni, garante a possibilidade de realizá-la de modo a representar equanimemente o desejo majoritário da comunidade.

#### **Relação comunidade – Conselho Universitário**

É importante sublinhar que a consulta conduzida pelas Entidades representativas das categorias de modo algum representa um esvaziamento político e institucional do processo ou do Conselho Universitário. Ao contrário: o fortalecimento da participação de toda a comunidade

universitária convocada por suas entidades representativas confere uma maior legitimidade à escolha que será realizada no âmbito do ConsUni e ao próprio Conselho.

**Defesa da Proposta B.1: O cômputo do resultado da votação deve considerar os seguintes pesos: 70% para a categoria docente; 15% para os servidores técnico-administrativos; 15% para os alunos.**

### **Defesa do peso 70% para a categoria dos docentes e 15% para as outras categorias**

A questão não é recente. Em diversas instituições federais de ensino superior a discussão sobre a forma de computar os votos de docentes, servidores técnico-administrativos (Tas) e discentes já ocorreu. Existem, basicamente, 3 modelos: paritário, universal e aquele em que se atribui peso mínimo de 70% para a soma dos votos da categoria docente.

No contexto nacional, pelo menos 16 universidades federais já adotavam o formato 70%-15%-15% em 2012 (segundo dados levantados pelo Sintunesp) em que a categoria docente tem o peso de 70%. Dentre elas estavam a UFABC, a UFC, a UFRGS, a UFMS, a UFMG e outras.

Em recente consulta aos docentes da UFRGS conduzida pela FAURGS, mais de  $\frac{3}{4}$  da categoria dos docentes defendeu o peso de 70% para os votos da categoria docente, ratificando posição anterior.

É importante observar que existe uma relação de longo prazo dos docentes e TAs com as instituições (em geral superior a 20 anos), enquanto que os discentes têm um vínculo mais curto (média de 4,5 anos considerando alunos de graduação e pós-graduação). Assim, não parece adequado que seja atribuído peso igual para todas as categorias, visto que algumas terão visão de curto prazo enquanto que outras apresentarão uma visão mais de longo prazo.

Outra questão que deve ser refletida em relação a esse tema é sobre as responsabilidades de cada categoria. Geralmente os docentes são aqueles que assumem as posições de gestão e conseguem ter uma visão mais ampla de assuntos relacionados ao gerenciamento de recursos financeiros, gerenciamento de recursos humanos, políticas de eficiência administrativa ou questões como responsabilidades legais, políticas de avaliação de desempenho, definição de metodologias de ensino, etc.

O peso de 70% para os votos da categoria docente pode refletir essa complexa combinação de visão de longo prazo da instituição com questões relacionadas a aspectos acadêmicos e de gestão que os docentes acabam se envolvendo.

## **Defesa da proposta B.2: O cômputo do resultado da votação deve seguir a paridade.**

### **Defesa da Consulta paritária**

A eleição da reitoria é um momento de importante celebração da comunidade universitária da UFSCar, de sua capacidade de discutir, de avaliar projetos e de votar, de maneira conjunta, unificada e paritária, para a escolha dos caminhos que a Universidade deve tomar.

### **Conjuntura**

É fundamental compreendermos a defesa do processo de consulta conduzido pelas Entidades representativas das categorias da Universidade tendo por base dois elementos cruciais: 1) o atual contexto de ataques à Educação e, em particular, ao Ensino Superior e à Universidade Pública; 2) o novo cenário normativo das consultas para subsidiar o processo de escolha de reitores.

O enfrentamento aos ataques à Educação exige articulação e mobilização constantes de parte da comunidade universitária, liderada por suas Entidades.

No que diz respeito às normativas que até o momento regem o processo de consulta à comunidade universitária para a escolha de seus reitores, uma consulta conduzida pelo Conselho Universitário agora implicaria na institucionalização do processo e na necessidade de seguir rigorosamente normas que contrariam o que historicamente tem sido realizado na UFSCar – o que demandaria, inclusive, estudo e debates aprofundados que seriam impossíveis neste momento, dado o limite de tempo de que dispomos para a tomada de decisões sobre o processo. Nas consultas de 2016 e 2012, por exemplo, não havia incompatibilidade de uma condução feita pelo ConsUni com a possibilidade de paridade, tal como existe agora.

Vale lembrar que o processo de consulta à comunidade era conduzido pelas entidades representativas das categorias até 2000, tendo passado a ser conduzido pelo Conselho Universitário após 2004. No entanto, a conjuntura jurídica nos obriga a rever esse procedimento. Neste momento, de acordo com a Norma Técnica 243 de 2019 do Gabinete da SESu/MEC, somente uma consulta informal, sem vinculação com o ConsUni, garante a possibilidade de realizá-la de modo a representar equanimemente o desejo majoritário da comunidade.

### **Consulta paritária**

Atualmente, um peso maior para uma única categoria poderia colocar em risco a gestão equânime da Universidade: precisamos assegurar que a administração se volte ao estabelecimento de políticas que tragam melhorias visando todas as categorias. Nesse sentido, na atual conjuntura, essa integração, verdadeiramente representativa da vontade de toda a comunidade, só tem sentido se estruturada por meio de uma consulta paritária. Considerada, então, como um momento de importantíssima celebração para toda a comunidade da UFSCar, a paridade se torna necessária para que possamos ouvir sua vontade numa voz única e tentar garantir uma administração equilibrada e democrática.

## 2. Discriminação no Restaurante da ADUFSCar.

No dia 30 de novembro de 2019 o Restaurante da ADUFSCar foi palco, lamentavelmente, de episódio de discriminação – denunciado à ADUFSCar, Sindicato, por escrito, pelo professor atingido. Os detalhes podem ser lidos no ofício adiante transcrito, documento esse que a entidade dirigiu ao atual gestor do estabelecimento.

Note-se que o ofício foi entregue ao senhor Faustino Duarte Jeronimo, que, entretanto, apesar de ter ficado com o documento, recusou-se a dar o respectivo recebimento. O fato foi informado à assessoria jurídica da ADUFSCar, para conhecimento e eventuais providências e agora, neste Comunicado, damos igualmente ciência do fato aos associados da nossa entidade, por sugestão e com a anuência do professor ofendido.

Veja a seguir o ofício entregue pela ADUFSCar, Sindicato, ao gestor do Restaurante da ADUFSCar:

*São Carlos/SP, 05 de dezembro de 2019.*

*Senhor Faustino Duarte Jeronimo,*

*Tal ofício se refere a uma denúncia/solicitação de providência, de um docente associado, em virtude de um atendimento que foi prestado, no restaurante, no dia 30/11/2019.*

*Como todos sabem, a ADUFSCar Sindicato (sua diretoria e seus associados) são históricos defensores da igualdade entre as pessoas, em todas as suas dimensões. Sempre houve repúdio direto a qualquer forma de discriminação. Sempre defendeu e defende que todas as pessoas devem ser tratadas com igualdade e respeito, sem nenhum tipo de discriminação.*

*É inaceitável, que um docente, ou qualquer outra pessoa, seja vítima discriminação. É inaceitável qualquer tipo de tratamento diferenciado.*

*No dia 30/11/2019, aconteceu na Universidade Federal de São Carlos (Campus São Carlos), o VII Encontro de Iniciação à Docência (PIBID). Foi um evento de formação de professores, que inclusive tratou de temas como racismo e discriminação. Muitos docentes associados a ADUFSCar Sindicato, inclusive de outros Campi (Araras, Buri e Sorocaba) vieram para São Carlos para participar. Em determinado momento, professores associados de vários campi, se dirigiram ao restaurante para almoçar. Conforme preconiza o contrato, todos os filiados à ADUFSCar Sindicato, possuem desconto no valor da refeição. Esse desconto é concedido no momento da pesagem, mediante informação para a atendente da condição de sócio. No momento da pesagem, um grupo de docentes, **todos sócios da ADUFSCar Sindicato**, se dirigiram para pesar seus pratos. Bastou que cada um dissesse que era docente da UFSCar para que o desconto fosse concedido. Entretanto, para um dos professores (que também é sócio), o tratamento foi diferente. Foi exigido a comprovação de que era professor. O documento foi apresentado. Importante frisar que de mais ninguém foi exigido a comprovação. **Por qual motivo houve o tratamento diferenciado? Segundo os presentes (grupo de professores), restou comprovado que a “desconfiança” tinha assinatura. Discriminação.***

*É inconcebível e não podemos coadunar com formas de tratamentos diferentes, seja por causa de características físicas ou por qualquer outro motivo. Todos devem ser tratados com lhanza e respeito. Todos merecem tratamento igualitário.*

*A forma de verificação deve ser idêntica para todos, sem nenhum tipo de distinção.*

*A ADUFSCar Sindicato repudia veementemente esse tipo de conduta e exige que Vossa Senhoria tome as providências necessárias em relação ao corpo de atendentes, para que esse tipo de situação jamais volte a ocorrer nas dependências do restaurante. Somos a favor da educação e para isso exigimos que o corpo de atendentes participe de uma conferência com o Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da ADUFSCar Sindicato. Para isso, nos colocamos inteiramente à disposição, para acertar os detalhes da palestra. Ademais, a ADUFSCar Sindicato se reserva o direito de tomar todas as medidas legais cabíveis aplicáveis ao caso.*

*Sem mais,*

*Atenciosamente,*

*ADUFSCar, Sindicato.*